

AMBIENTE MAXX LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ 37.500.450/0001-53

BALANÇO PATRIMONIAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES REAIS)

Table with columns for Balanço patrimonial, Demonstrações dos resultados, and Demonstrações dos fluxos de caixa. Rows include Ativo circulante, Passivo circulante, Receitas operacionais, etc.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional A Ambiente Maxx Locadora de Veículos S.A. é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, fundada em 23/06/2020, com sede social na Rua General Celso de Mello Rezende, nº 250, Parque Industrial Lagoinha, no município de Ribeirão Preto/SP, e com filial na Rua José Rodrigues Queiroz Filho, no 1569, Santa Olímpia, no município de Uberlândia/MG, que atua no ramo com operações de locação de veículos, motocicletas e vans sem condutor, bem como atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônicos, serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores. Em 31/12/2023, a frota da Companhia era composta por: 2.131 veículos (2.139 em 31/12/2022). A frota de veículos é renovada após o término de sua vida útil econômica, que gira em torno de 20 meses, de acordo com as características dos veículos locados e das condições dos contratos firmados com os clientes. Após o encerramento da vida útil econômica, os veículos são vendidos para revendedores que possuem pontos de vendas próprios e independentes. 2. Base de preparação a) Declaração de conformidade As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas, que abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para pequenas e médias empresas", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - NBC TG 1000, devidamente ratificado pelos órgãos reguladores. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelos gestores da Companhia em 28/03/2024. b) Base de mensuração As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. c) Moeda funcional e moeda de apresentação Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo. Uso de estimativas e julgamentos A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 8 - Depreciação do ativo imobilizado; Nota Explicativa nº 12 - Provisões para contingências. 3. Resumo das principais políticas contábeis a) Apreciação do resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. b) Instrumentos financeiros Instrumentos financeiros básicos A Companhia adota integralmente a seção 11 do Pronunciamento Técnico CPC PME para definir os aspectos de reconhecimento, reversão, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros básicos. Por não possuir instrumentos financeiros complexos, a seção 12 não é aplicável. Instrumentos financeiros básicos incluem caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos, assim como empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar. Instrumentos financeiros básicos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Se um ativo ou passivo financeiro atender ao conceito de transação financeira, nos termos da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME, é avaliado com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante. A Companhia reconhece os instrumentos financeiros básicos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. c) Estoques O custo dos estoques é baseado no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos às taxas administrativas e documentais vinculadas ao processo de compra, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos na compra dos bens imóveis classificados como estoques para vendas ou locação. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. d) Imobilizado Reconhecimento e mensuração O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. Valor residual de um ativo é o valor que a Companhia obterá com a venda do ativo após deduzir as despesas de vendas. Para os veículos, o valor residual é o valor estimado de venda depois de sua vida útil econômica menos as despesas estimadas de vendas. No exercício de 2023 a Companhia avaliou a vida útil econômica do seu ativo imobilizado, composto em sua totalidade por frotas de veículos para locação, sendo estimado o prazo médio de depreciação de 20 (vinte) meses, correspondente a 60% ao ano. A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil econômica dos veículos reflete o

auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação a Ambiente Maxx Locadora de Veículos S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante

nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nosso relatório, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 28 de março de 2024 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. 25P-037.321/O-0 FSP Marcelo Castro Valentini Contador CRC SP-239.472/O-2

Assinado digitalmente por: FRANCISCO JORGE ROSA FILHO CPF: 056.898.198-75 Data: 02/08/2024 06:36:26 -03:00

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Table with columns for Receitas operacionais líquidas, Despesas operacionais, Resultado antes do imposto de renda, etc.

Table with columns for Taxa de administração, Taxa de juros, Taxa de depreciação, etc.



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 2XENM-M7QA9-56N4T-2WQME

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - EMPRESA JORNALISTICA E EDITORA BARAO DO BANANAL L (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 02/08/2024 06:36 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/2XENM-M7QA9-56N4T-2WQME>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>